

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

A Representação Cognitiva da Ciência, Tecnologia e Inovação dos Estudantes de Pós-Graduação da Universidade de Brasília

The Cognitive Representation of Science, Technology, and Innovation of Graduate Students at the University of Brasilia

La Representación Cognitiva de la Ciencia, la Tecnología y la Innovación de los Estudiantes de Posgrado en la Universidad de Brasilia

Danilo Mourão dos Santos

Resumo: Este ensaio tem como objetivo compreender a percepção dos estudantes de pós-graduação da UnB que moram na Casa do Estudante Universitário - Pós-graduando (CEU-POS/UnB) sobre ciência, tecnologia e inovação nos âmbitos local e nacional, bem como de que forma essas valorações impactam o projeto de vida profissional. Pretende-se, portanto, frisar tanto a propriedade estrutural da Política Científica e Tecnológica (PCT) quanto a cultura da comunidade científica brasileira. Em outro nível, descrever-se-á a percepção dos jovens estudantes, que não será interpretada apenas como uma valoração do presente, mas tentar-se-á descrever essas subjetividades enquanto projetos de vida que revelam suas capacidades reflexivas na condução das ações necessárias ao projeto de vida profissional e à "busca da boa vida", isto é, que respondem à influência da estrutura e do ethos científicos estabelecidos. Este ensaio consiste em um estudo de caso piloto (exploratório) que utiliza, como métodos de coleta de dados, a aplicação de um questionário (survey) e a observação participante.

Palavras-chave: Política Científica e Tecnológica (PCT). Representação individual. Jovens pesquisadores. Agência e reflexividade.

Introdução

Os pensadores sociais da temática de ciência e tecnologia têm focado suas pesquisas na análise da elaboração e da implementação de políticas específicas dessa área e na compreensão do comportamento dos cientistas como comunidade científica. Por um lado, analisam leis, regras e orientações; por outro, avaliam o comportamento da comunidade científica e pesquisadora, tanto internamente quanto em sua relação com a sociedade e seus diversos atores (DIAS, 2011, p. 324 e 325).

Partindo da interpretação de autores latino-americanos de ciência e tecnologia (CARLOTTO, 2013; DAGNINO, 2007; SCHWARTZMAN, 1979), pretendo neste ensaio fazer uma descrição densa – isto é, uma descrição objetiva e uma interpretação valorativa concomitantes (GEERTZ, 2008) – da inserção dos jovens pós-graduandos na comunidade científica/pesquisadora, apreendendo suas representações individuais da esfera relacional científica e de como esses jovens pós-graduandos organizam o projeto de vida profissional a partir do cruzamento intuitivo que têm da formação acadêmica e do mercado de trabalho especializado.

A unidade de análise deste ensaio é composta por jovens estudantes que cursam mestrado e doutorado na Universidade de Brasília e moram na Casa do Estudante da Pós-Graduação da

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/06/2026 | aceito: 05/06/2026 | publicação: 08/06/2026

UnB. A faixa etária do grupo em análise varia de 23 a 51 anos. Por ser um estudo exploratório, não farei nenhuma diferenciação entre os estudantes por área do conhecimento, embora tenha consciência da necessidade de classificação para compreender melhor os aspectos constitutivos do caso em questão.

A coleta de dados foi realizada por meio de duas técnicas: a aplicação de um questionário¹ (survey) e a observação participante. Por ser morador da Casa do Estudante da Pós-Graduação e conhecer minimamente os sujeitos da unidade de análise primária, vali-me dos momentos de lazer e descontração para registrar as falas de angústias, frustrações e planos para a vida profissional, que é comum ocorrer nessas rodas de conversa e que revelam os dramas da área do conhecimento a que o estudante pertence e de como esses fatores estruturantes são considerados no agir da ação individual no projeto de vida profissional.

Este ensaio está dividido da seguinte forma: na primeira parte, farei uma breve revisão da bibliografia sobre a política científica e tecnológica (PCT), elencando as principais interpretações sobre inovação e tecnologia no Brasil. Esse aspecto estrutural é importante para a interpretação microsocial que farei posteriormente. Na segunda parte, descreverei as representações individuais dos estudantes pós-graduandos e dissertarei sobre a hipótese de que seus relatos sejam considerados raciocínios sociológicos práticos (GARFINKEL, 2018, p. 93), pois coadunam com as considerações estruturais dos pensadores da temática de ciência e tecnologia acerca da desvinculação entre a comunidade de pesquisadores e o setor produtivo, sendo essa separação uma variável da dificuldade do desenvolvimento socioeconômico do país. Mas, na minha análise microsocial e biográfica, isso se traduz na dificuldade dos jovens pós-graduandos de terem uma carreira profissional como pesquisadores e até mesmo no dramático temor de não exercerem sua profissão, devido à dificuldade do mercado em absorver a mão de obra especializada. Na terceira e última parte, conjecturo as relações de influência mútua entre as esferas científica e econômicas para enriquecer, minimamente, a interpretação sobre a autonomia da comunidade científica/pesquisadora brasileira e a dificuldade de promover inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro.

¹ A escala likert, parte 2 do questionário, foi retirado da dissertação da Carlotto (2008). Acesso ao questionário: <https://forms.gle/wd6y3WSncXBG3Dc98>.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

Aspectos estruturais da Política de Ciência e Tecnologia no Brasil contemporâneo

As políticas de ciência e tecnologia constituem um campo de estudo sociológico que abrange aspectos estruturais da relação entre o Estado, a ciência e a produção econômica. Em outras palavras, esse campo de estudo pesquisa as formas pelas quais os Estados, por meio de políticas públicas, promovem e vertem o conhecimento social em inovação tecnológica, com o intuito de impactar a produção industrial, tendo como discurso justificativo o progresso e o desenvolvimento dos países. Este termo, política de ciência e tecnologia (PCT), origina-se na primeira metade do século XX.

A relação entre ciência, tecnologia e economia ganha contornos institucionais após a Segunda Guerra Mundial, quando o Estado incentiva a aproximação entre essas esferas ao criar leis civis, regras estatutárias e orientações regimentais que regulamentam as relações entre instituições científicas e econômicas. A intervenção estatal é o reconhecimento do papel da ciência e da tecnologia na vitória dos Aliados na guerra e, a partir disso, surgem o termo política de ciência e tecnologia (PCT) e os Sistemas Nacionais de Inovação (SNI), tornando a ciência e a tecnologia variáveis importantes para o progresso e o desenvolvimento econômico dos países centrais (BAGATTOLLI; DIAS; SERAVIN, 2018).

No Brasil, o surgimento da PCT e, posteriormente, do SNI, é resultado do estrangulamento da economia provocado pelo desequilíbrio na balança comercial entre os valores dos produtos primários exportados e das mercadorias industrializadas importadas nos anos de 1950. Dada essa conjuntura, o Estado brasileiro foi pressionado a pensar na industrialização nacional. Diferentemente dos países centrais, o Brasil não tinha uma comunidade científica consolidada; a própria especialização dos cientistas ocorria em outros países. Uma das primeiras medidas do Estado brasileiro foi fortalecer a comunidade científica e viabilizar o surgimento de indústrias no território nacional.

O papel do Estado brasileiro extrapolou a função regulamentadora presente nos países centrais, tornando-se demiurgo das esferas científica e industriais, tendo de intervir várias vezes por meio de políticas indutoras de ação e de aproximação entre a comunidade científica e o setor produtivo – detalharei esse tema posteriormente.

Dessa maneira, na década de 1950, o Estado brasileiro estabeleceu uma política com o objetivo de promover a rápida industrialização do país; para isso, flexibilizou a economia nacional, com a intenção de atrair capital externo e a vinda de empresas estrangeiras. Outra

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

medida foi importar tecnologia estrangeira para suprir a demanda da indústria nacional em fase de nascente, já que a comunidade científica era incipiente.

Referente à formação de recursos humanos científicos, já no período militar, nos anos de 1960, houve um forte investimento na formação de cientistas em âmbito nacional, o que resultou no fortalecimento da comunidade científica brasileira e de sua autonomia para formar seus próprios membros. O modelo de formação científica em países centrais, voltado a atender a demandas específicas, foi então superado. A formação da comunidade científica e sua autonomia¹ ficaram conhecidas como política do ofertismo (DAGNINO; THOMAS; DAVYT, 1996, p. 22).

No período de 1960 a 1970, Dagnino et al. (1996, p. 23) afirmam a contradição perversa entre transferência de tecnologia e ofertismo, por serem duas políticas excludentes e por não gerarem um mecanismo de retroalimentação, deixando os cientistas locais e suas tecnologias ociosos, pois tanto as indústrias nacionais quanto as estrangeiras optavam pela importação de tecnologias prontas. Em meio a essa imprevisibilidade, o governo militar interveio com as políticas vinculacionistas, em 1980, que tinham como objetivo promover a interação entre as universidades e as empresas do setor produtivo, em um modelo fortemente inspirado nos Sistemas Nacionais de Inovação (SNI) (CARLOTTO, 2013, p. 90).

As políticas vinculacionistas entre universidades e setor produtivo foram restritas a algumas áreas consideradas estratégicas para os interesses nacionais. A função principal da política vinculacionista era criar demanda industrial capaz de absorver o conhecimento científico e tecnológico das universidades brasileiras. Para isso, foram escolhidos setores-chave a serem vinculados. Os outros setores não contemplados diretamente seriam atingidos pelo efeito de transbordamento do estímulo.

A dificuldade na integração entre a ciência e a tecnologia nacionais e o setor produtivo, na atualidade, permanece com os mesmos dilemas da metade do século XX. De um lado, um ofertismo universitário que não consegue ser absorvido pelo setor produtivo; do outro, as indústrias que "preferem importar pacotes tecnológicos ou adquirir tecnologias obsoletas de

¹ Quando o governo militar promoveu o fortalecimento da comunidade científica brasileira, no âmbito do Plano Brasileiro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), o significado de autonomia estava associado ao processo formativo dos cientistas e ao desenvolvimento da ciência básica, sem necessidade de formar cientistas em outros países. Atualmente, a autonomia da universidade está associada à administração e à decisão política. Entre 1975 e 1977, o governo militar investiu cerca de US\$ 2,5 bilhões no PBDCT (BAGATTOLLI; DIAS; SERAVIN, 2018, p. 354). O modelo de formação da comunidade científica brasileira foi inspirado em parte nas políticas científicas "não intervencionistas" (ou ofertismo) expressas no relatório de Vannevar Bush, *Science, the Endless Frontier* (CARLOTTO, 2013, p. 62 e 65).

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

empresas multinacionais". Isto é, uma prática relativamente mais barata e menos arriscada do que o desenvolvimento de tecnologia própria" (BAGATTOLLI; DIAS; SERAVIN, 2018, p. 363).

Do ponto de vista das interações sociais do cientista-pesquisador, esse arranjo estrutural da ciência, da tecnologia e do mercado brasileiros impõe sérias limitações ao exercício de sua profissão, sobretudo aos jovens pós-graduandos. Até aqui, falei sobre o que é objetivo na ciência e na tecnologia brasileiras; daqui para frente, descreverei a resposta à influência dessa estrutura, tendo como caso a subjetividade dos jovens estudantes da pós-graduação que revelam seus contextos biográficos e as preocupações subjetivas de uma objetividade nem sempre apreendida em sua totalidade – como esquematizado neste tópico –, mas que, por intuições, dizem respeito às políticas de ciência e tecnologia.

Sem dúvida, a preocupação dos jovens cientistas com seus projetos de vida não é de hoje. Lembro-me da célebre palestra de Max Weber, proferida em 1917 aos jovens universitários alemães, intitulada "*Ciência como Vocação*". Weber o alerta sobre a incerteza existencial do exercício da ciência: na ciência, a vocação, por si só, é insuficiente, não havendo "de nenhuma maneira a certeza de que um dia lhe será aberta a possibilidade de ocupar uma posição que lhe propiciará meios de viver decentemente" (WEBER, 2001, p. 26).

Da estrutura às interações sociais: contextos, preocupações e reflexividade na vida profissional dos jovens estudantes da Ceu-Pos/UnB

A experiência do jovem na universidade possibilita conhecer, na prática, os limites e as potencialidades do ambiente acadêmico. Embora os jovens não usem a linguagem técnica da sociologia, o conhecimento prático externalizado em conversas sobre o projeto de vida profissional revela a estrutura da ciência e da tecnologia na qual estão inseridos como sujeitos.

É justamente na trama individual dos estudantes da pós-graduação moradores do CEU-POS/UnB que descreverei os principais obstáculos da ciência e da tecnologia brasileiras, mencionados anteriormente sob a perspectiva estrutural, mas agora em escala individual. Destacarei também momentos em que esses jovens superam ou sucumbem às limitações estruturais da ciência e da tecnologia, a partir das quais constroem suas representações da ciência

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

e da tecnologia brasileiras, importantes para a orientação e a elaboração do projeto de vida¹. Mas, antes, farei algumas descrições importantes para contextualizar este caso

A Casa do Estudante Universitário Pós-Graduação da Universidade de Brasília (CEU-POS/UnB) foi fundada nos anos de 1990. Localizada no campus Darcy Ribeiro, a CEU-POS/UnB é um prédio de 3 andares, com 18 apartamentos, destinado a estudantes de mestrado e doutorado oriundos de outros estados brasileiros e de outros países. Cada apartamento foi projetado para 4 moradores. Cada apartamento é de ocupação exclusiva do mesmo sexo, isto é, existem 9 apartamentos femininos e 9 masculinos.

Apesar da estrutura do prédio estar deteriorada pela falta de reformas físicas, a demanda de estudantes concorrendo no processo seletivo para as vagas de novos moradores tem sido maior do que o número de vagas ofertadas. A CEU-POS/UnB traz certas vantagens aos estudantes moradores, seja pela sua localização dentro da universidade, seja pela economia em aluguéis, uma vez que, tratando-se de Brasília, os aluguéis são extremamente caros.

Preocupações, projetos e micropolíticas dos estudantes no cenário de ciência e tecnologia brasileira

Um dado interessante do questionário respondido pelos estudantes pós-graduandos é que quase todos consideram o setor privado o de maior chance de empregabilidade; no entanto, a maioria deseja trabalhar no setor público. Seis estudantes responderam que sua área do conhecimento tem maior empregabilidade no setor privado, mas o projeto profissional pessoal é atuar no setor público. Ao serem indagados sobre essa "incongruência", a justificativa é que o setor público oferece "estabilidade", "valorização financeira" e "segurança".

Ao questionar esses seis estudantes sobre em que área, exatamente, pretendem atuar no setor público, a resposta foi unânime: "na docência de nível superior". O ofício de pesquisador, propriamente dito, não está entre suas intenções prioritárias. Dentre esses estudantes, está Jorge, de 30 anos, atualmente cursando doutorado em ecologia (biologia). Jorge acredita ser difícil exercer a pesquisa e a docência simultaneamente e avalia que é uma vocação dedicar-se à pesquisa nas condições oferecidas pelas universidades brasileiras, nas quais boa parte do tempo é despendida com a docência. Mesmo assim, Jorge quer ser docente em uma universidade pública

¹ Ao falar de preocupações, projeto de vida e a busca pela boa vida, estou me baseando em Archer (2016). Ao dissertar sobre escolhas e perspectivas futuras dos estudantes pós-graduandos, estou descrevendo a reflexividade desses agentes.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/06/2026 | aceito: 05/06/2026 | publicação: 08/06/2026

ou em um Instituto Federal por avaliar que oferecem maiores vantagens, como as citadas anteriormente. Pesquisa não está entre suas pretensões.

Jorge diz ter decidido continuar os estudos na pós-graduação por ter tido uma experiência ruim ao atuar como docente no ensino básico do setor privado: "Paga-se pouco e há cobrança excessiva." Mesmo havendo outros empregos no setor privado, como, por exemplo, na "pesquisa em laboratório" e na "pesquisa em campo", ter apenas a graduação o restringia à docência na rede privada do ensino básico. A ida de Jorge para a pós-graduação tem como motivação o mercado priorizar profissionais com título de doutor, sem necessariamente exigir a prática da pesquisa *stricto sensu*.

Houve um estudante que apontou que, mesmo tendo maiores chances de empregabilidade no setor privado, ainda prefere o setor público, onde o número de vagas é reduzido e concorrido, mas há estabilidade financeira. Atualmente, o número de concursos públicos para a docência em nível superior é pequeno, o que difere de anos atrás. Essa geração de pós-graduandos que entrevistei viveu o apogeu da expansão universitária e da relativa valorização da carreira docente no ensino superior na primeira década dos anos 2000 e, por terem sido socializados no ambiente plural da universidade, projetam continuar nesse espaço; porém, nenhum estudante descartou a possibilidade de atuar no setor privado.

Essa visão dos pós-graduandos reflete uma tendência na renda brasileira, segundo a qual o funcionalismo público é bem remunerado em comparação com o setor privado. Evidentemente, existem casos particulares que invertem essa distribuição de renda. Em 2013, quem recebia acima de R\$ 3.000 (R\$ 36.000 anuais) fazia parte dos 10% mais ricos, e boa parte dessa parcela era composta por servidores públicos (SOUZA, 2016, p. 232). Portanto, por inferência, a renda salarial do professor de ensino superior no setor público situa-se na chamada "classe média assalariada". Mas essa dita "valorização financeira" do funcionalismo público é restrita às elites do próprio funcionalismo, como o Judiciário e as forças de segurança federais. O professor de ensino superior e outras profissões do funcionalismo público são vulneráveis aos vaivéns dos ciclos econômicos do país, em que o poder de compra pode se desvalorizar em períodos de alta inflação¹.

¹ Mesmo no auge da crise econômica brasileira dos anos de 1980, os servidores tiveram seus salários indexados ao aumento da inflação, o que possibilitava manter o poder de compra (SOUZA, 2016, p. 303). Hoje, por causa da pandemia, o servidor público está com o seu salário congelado há dois anos. Antes mesmo da pandemia, o teto de gastos previa o congelamento do salário como gatilho preventivo para a manutenção do teto de gastos públicos. O Judiciário e os militares tiveram um aumento de 40% no salário, que foi proposital para amortecer as perdas futuras.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/06/2026 | aceito: 05/06/2026 | publicação: 08/06/2026

Quando os estudantes de pós-graduação relatam seus planos e externalizam seus projetos, os títulos de doutorado e mestrado denotam, para eles, apenas a dimensão do status que precisam alcançar, dada a necessidade imposta pela concorrência na iniciativa privada. O lado "prático" da pós-graduação – o exercício da pesquisa – não tem tanta relevância para a iniciativa privada; por isso, é pouco visado pelos estudantes¹. De todo modo, a pós-graduação forma recursos humanos de alto nível, mas, na média, mal remunerados

A taxa média de má remuneração na iniciativa privada pode estar relacionada ao desequilíbrio constatado pelos teóricos da PCT entre, de um lado, a alta oferta de recursos humanos qualificados e, de outro, a baixa demanda nos setores produtivos e de serviços que exigem altos níveis de formação, o que torna os salários mais baixos em comparação com os do setor público.

Houve dois jovens que avaliaram o setor privado como tendo maiores chances de empregabilidade e que pretendem trabalhar nele. Ambos são do curso de agronomia, mas de especialidades diferentes. Uma jovem desenvolve pesquisa sobre irrigação e monitoramento da plantação por drones; o outro jovem desenvolve pesquisa relacionada às sementes. É emblemático e esperado que apenas os estudantes de agronomia manifestem interesse em trabalhar no setor privado, haja vista tratar-se de um setor dinâmico da economia brasileira que, nas últimas décadas, tem avançado no uso da ciência e da tecnologia na produção.

No entanto, ao conversar com esses estudantes de agronomia, ambos destacaram a atuação no Brasil de empresas multinacionais do agronegócio, e é nessas empresas que pretendem atuar. As empresas citadas atuam nos segmentos de sementes, defensivos agrícolas, máquinas e logística de grãos. Essas empresas promovem, anualmente, a seleção de pessoal qualificado por meio do processo seletivo de trainee. O perfil exigido é ter, no mínimo, graduação e fluência em inglês. Se aprovado no trainee, o profissional atuará no setor gerencial da empresa, cumprindo funções relacionadas à gestão do processo, sem qualquer relação com pesquisa ou com eventuais atividades que exijam conhecimento técnico da área agrônômica.

Tanto os estudantes pós-graduandos que queiram atuar no setor público quanto os que queiram atuar no setor privado partilham a mesma perspectiva: estarão longe da pesquisa ao concluírem a formação acadêmica. Obviamente, os que querem atuar na docência superior podem optar por atuar na pesquisa ou até mesmo se afastar caso assumam cargos administrativos nas universidades.

¹ Provavelmente haja nesse “desinteresse” uma diferença latente entre pesquisa básica e pesquisa aplicada.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

De toda maneira, a universidade consegue formar pessoas de alto nível na pós-graduação, mas que dificilmente terão a pesquisa como profissão, devido à dificuldade existencial do ofício de pesquisador remunerado ser quase inexistente no país. Os projetos profissionais biográficos dos estudantes da pós-graduação moradores da CEU-POS/UnB apontam para uma preocupação existencial acentuada; talvez o perfil socioeconômico e a origem social expliquem a ausência de um discurso próximo à vocação científica entre os participantes do estudo piloto.

Relações e Autonomia entre as esferas econômica e científica no Brasil

É comum, ao depreender a C&T brasileira, relacioná-la ao desenvolvimento socioeconômico do país. As conclusões são unânimes: a ciência produzida nas universidades brasileiras, de modo geral, não tem aplicação no setor industrial local.

Os fatores que levam a essa desarmonia entre inovação e produtividade estão associados a variáveis como: (1) importação de tecnologias; (2) baixa percepção de risco quanto à eficiência da tecnologia importada; e (3) desinteresse do empresariado pelo know-how nacional. Em momentos históricos distintos, o Estado brasileiro tentou reverter esse quadro desarmônico por meio das políticas vinculacionistas e neovinculacionistas, que visavam à aproximação entre a ação dos agentes econômicos e a ação científica, mas não obteve sucesso.

Todavia, tenho a impressão de que algumas variáveis, no caso da C&T, poderiam contribuir para a explicação sociológica. Ao analisar as estruturas científica e produtivas, boa parte das explicações as torna estanques ao excluir as relações estruturais que as interligam, quais sejam, a política econômica brasileira. A esse respeito, Bagattolli et al. (2018, p. 369) afirmam: Programas, planos e instrumentos são concebidos para estimular atividades inovadoras, mas o desempenho das empresas instaladas no Brasil parece não acompanhar esses estímulos. O motivo para tanto, acreditamos, é a deficiência no processo de formulação da PCT brasileira, em que a inovação parece ser o objetivo último. [...] Constrangimentos associados, por exemplo, à manutenção de altas taxas de juros reais no país não devem ser desconsiderados e talvez sejam tão ou mais importantes do que a suposta carência de cultura inovadora nas empresas locais, diagnóstico que tem embasado muitas das ações adotadas no âmbito da política científica e tecnológica brasileira.

Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

O que quero dizer é que o setor produtivo brasileiro não é atrativo para as classes proprietárias¹, dado o risco de não haver retorno do investimento, em comparação com outras atividades econômicas disponíveis no país, como a compra de títulos públicos. Em 2020, o setor industrial representou 26,6% do PIB nacional. O ramo do setor produtivo com maior dinamismo é o agronegócio, o único a crescer em 2020. Não quero dizer, com isso, que a elite econômica brasileira seja insignificante. Chamo a atenção, porém, para as políticas econômicas praticadas no Brasil, especialmente para as altas taxas de juros vigentes desde as políticas de industrialização dos anos de 1950.

Para a classe proprietária no Brasil, é mais interessante comprar títulos públicos do que investir em algum ramo da produção como "homem de negócios" ou até mesmo como "investidor" no mercado de ações de empresas. A vantagem em comprar títulos públicos decorre de duas características intrínsecas ao caso brasileiro: (1) a alta taxa de juros traz um retorno líquido vantajoso a curto e médio prazo na compra de títulos da dívida pública; (2) o investimento na dívida pública apresenta uma taxa de risco menor do que a de outras modalidades.

O aumento da taxa de juros justifica-se em duas situações. A primeira situação ocorre quando o país busca captar recursos nacionais e internacionais para investir, por exemplo, no serviço público. A segunda situação ocorre quando o país vive um período de recessão e os agentes econômicos poupam, o que o leva a uma estagnação deflacionária. Fora essas situações intrínsecas ao sistema econômico, há a decisão política que justifica essa prática por um longo período. A esse respeito, Keynes diz:

Ao mesmo tempo, o investidor em títulos públicos alcançou, no início do século, considerável sucesso em três aspectos. A "segurança" do seu investimento chegou a ser considerada tão próxima da perfeição absoluta quanto possível. Seu capital se valorizou uniformemente [...]. Mas

¹ [...] muitos arranjos foram idealizados para separar a administração da propriedade da sua posse. [...] (1) aquele em que o proprietário, embora abandonando a administração de sua propriedade, conserva a posse dela – isto é, da terra, dos prédios e da maquinaria ou do que quer que seja que a companhia, **sendo este tipo de domínio tipificado pela detenção de ações ordinárias de uma sociedade anônima**; [...] (3) aquele em que o proprietário deixa sua propriedade permanentemente, em troca ou de uma anuidade fixa perpétua em dinheiro, ou de uma soma determinada de anuidades mais o pagamento do principal em dinheiro, ou de uma soma determinada de anuidades mais o pagamento do principal em dinheiro, no fim do prazo – caso tipificado por hipotecas, bônus, debêntures e ações preferenciais. **Este terceiro tipo representa o pleno desenvolvimento do Investimento.** [...] no século XX dividiram as classes proprietárias em dois grupos – os “homens de negócios” e os “investidores” – com interesses parcialmente divergentes.” (KEYNES, 1976, p. 13 e 14). Keynes faz uma distinção analítica entre “homens de negócio/ação ordinária” e “investidores/ação preferencial”, embora, na realidade, ambas as categorias não estejam nitidamente separadas. O investidor que compra títulos públicos pode ser considerado investidor, mas o título público não é uma ação e seu dividendo não está relacionado ao lucro produtivo, está indexado à taxa de juros, constituindo outra categoria. Em países desenvolvidos, esse é um investimento considerado conservador devido ao seu baixo retorno.

Ano VII, v.1 2026 | submissão: 02/06/2026 | aceito: 05/06/2026 | publicação: 08/06/2026

também os papéis do governo haviam unido a virtude da estabilidade à da valorização (KEYNES, 1976, p. 14).

Porém, uma queda abrupta na taxa de juros dificilmente levará a uma mudança na psicologia social da classe proprietária, que poderá investir em operações de risco que, a longo prazo, podem se caracterizar como "bolhas especulativas". Dito isso, é possível redimensionar a afirmação de que o empresariado brasileiro demonstra desinteresse pela tecnologia nacional nos seguintes termos: o desinteresse do empresariado nacional vai além da falta de vontade de inovar por meio da tecnologia nacional; seu interesse pelo setor produtivo é, na verdade, um desinteresse. Parafraseando Keynes: a acumulação no Brasil é improdutivo.

Dessa maneira, uma PCT, mesmo bem elaborada, terá basicamente efeito indutivo na comunidade acadêmica; dificilmente induzirá a classe proprietária brasileira a investir na produção industrial, que, no Brasil, é hegemônica por empresas multinacionais.

É importante considerar a política econômica brasileira nas análises de C&T. Não tenho dúvida de que o recorte epistemológico do objeto de análise é imprescindível para o andamento da pesquisa e de que a maneira como os trabalhos canônicos foram delimitados gera resultados significativos.

Considerações finais

Os resultados preliminares sobre a representação individual dos estudantes pós-graduandos moradores da CEU-POS/UnB acerca da ciência e da tecnologia impactam diretamente seus projetos de vida. Os que querem trabalhar no setor público visam ao exercício da docência em nível superior. Já os que querem atuar no setor privado visam ao âmbito gerencial das grandes empresas multinacionais. Essas considerações ainda necessitam de verificação rigorosa, mas é possível perceber que o interesse pela pesquisa, enquanto ação-meio e ação-fim, no projeto de vida dos estudantes pós-graduandos moradores da CEU-POS/UnB está ausente, justamente porque eles avaliam a dificuldade de obter renda fixa nessa atividade.

Do ponto de vista prático, os gargalos da ciência, tecnologia e indústria brasileiras não se resolverão apenas com políticas vinculacionistas; até mesmo as políticas de investimento financeiro no setor produtivo, no modelo de campeões nacionais, estão fadadas ao fracasso. Uma ampla reforma estatal é importante para criar um ambiente propício ao surgimento de uma psicologia social empreendedora capaz de absorver a mão de obra especializada da universidade.



Ano VII, v.1 2026 | **submissão: 02/06/2026** | **aceito: 05/06/2026** | **publicação: 08/06/2026**

Considero a autonomia universitária isolacionista uma variável que pode ser superada, mas a causa determinante dessa superação é exógena à comunidade científica.

REFERÊNCIAS

- ARCHER, M. Explicação e compreensão podem ser ligadas numa história única? In: VANDENBERGHE, F.; VERÁN, J.-F. (Eds.). *Além do habitus: teoria social pós-bourdieusiana*. 1. ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.
- BAGATTOLLI, C.; DIAS, R. DE B.; SERAVIN, M. P. Política científica e tecnológica brasileira: uma breve revisão histórica. In: QUELUZ, G. L.; BRANDÃO, T. (Eds.). *Pensamento, identidades em ciência, tecnologia e sociedade no mundo*. Curitiba-PR: Edutfpr, 2018.
- CARLOTTO, M. C. Veredas da mudança na ciência brasileira. Discurso, institucionalização e práticas no cenário contemporâneo. 1a ed. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae / Editora 34, 2013.
- DAGNINO, R. P. *Ciência e tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- DAGNINO, R.; THOMAS, H.; DAVYT, A. El pensamiento en ciencia, tecnología y sociedad en Latinoamérica: una interpretación política de su trayectoria. *Redes*, v. III, set. 1996.
- DIAS, R. DE B. O que é a política científica e tecnológica? *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 316–344, dez. 2011.
- DURKHEIM, É. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Edipro, 2015.
- GARFINKEL, H. *Estudos de Etnometodologia*. 1a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- KEYNES, J. M. Inflação e deflação. In: *Ensaio econômico. Os pesos e medidas*. 1a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- SCHWARTZMAN, S. *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1979. v. 2
- SOUZA, P. H. G. F. DE. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 12 set. 2016.
- WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001.